

POR UM ESTUDO DAS IDENTIDADES NA INGLATERRA ANGLO-ESCANDINAVA À LUZ DOS *CHARTERS* E DA *CRÔNICA ANGLO-SAXÔNICA*

ISABELA ALBUQUERQUE

(UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – CAMPUS GARANHUNS)

isabela.albuquerque@upe.br

Resumen

Este artículo tiene por objetivo abordar el tema de las identidades en Inglaterra durante la era vikinga, entre los siglos IX y X, y cómo estas se encuentran representadas en las fuentes documentales escritas, especialmente en la *Crónica anglosajona* –compilada desde finales del siglo IX– y los *charters* –textos legales breves y normalmente en lengua latina con indicaciones de ganancias de tierras o de privilegios concedidos por el rey a una persona específica o una casa religiosa–. En función de los términos utilizados en la documentación, en inglés antiguo y latín, analizaremos de qué manera fueron construidos los vocablos identitarios para designar a ingleses y escandinavos. Para ello, seleccionamos los reinados de Alfredo (871-899), Eduardo (899-924) y Athelstan (924-939) como marco cronológico, a fin de trazar un cuadro comparativo que nos permita ver cómo, desde forma gradual, se fue modificando la apropiación de palabras referentes a la figura real.

PALABRAS CLAVE: Inglaterra anglosajona - Era vikinga - Identidad

Resumo

Este artigo tem por objetivo abordar as identidades na Inglaterra durante a Era viking, entre os séculos IX-X, e como estas estavam representadas nas fontes documentais escritas, enfocando na *Crônica Anglo-Saxônica* –compilada a partir de finais do século IX– e nos *charters* –textos legais curtos e normalmente em língua latina com registros de ganhos de terra ou de privilégios concedidos normalmente por um rei a uma pessoa específica ou a uma casa religiosa–. Com base nos termos utilizados na documentação em inglês antigo e língua latina, abordaremos como os vocábulos identitários para designar ingleses e escandinavos eram construídos. Para tanto, selecionamos os reinados de Alfred (871-899), Edward (899-924) e Æthelstan (924-939) como recorte cronológico, a fim de traçarmos um comparativo de como, gradualmente, a apropriação dos termos referentes à denominação acerca da figura régia foi se modificando.

PALAVRAS CHAVE: Inglaterra anglo-saxônica - Era viking - identidade

Summary

The aim of this paper is to approach identities in Viking Age England during 9th-10th Centuries and how they were represented in written documentary sources, focusing on the *Anglo-Saxon Chronicle* –compiled from late 9th Century– and charters, short legal texts usually written in Latin about land gain and privileges granted by a king to a specific person or a religious house. Based on the terms used in Latin and Old English in the documents, it will be approached how identity words designate English and Scandinavians were constructed. To do so, Alfred's (871-899), Edward's (899-924) and Æthelstan's (924-939) reigns were selected. The choice of these monarchs relies on the fact that it is possible to trace a comparative study of how, gradually, appropriation of words concerning to the king's figure has changed.

KEY WORDS: Anglo-Saxon England - Viking Age - identity

Introdução

A linguagem representa uma das principais maneiras de permear o mundo que nos cerca e não seria absurdo dizer que toda palavra é dotada de sentido, de acordo com o contexto no qual está inserida. Todo e qualquer discurso nunca é isento ou neutro, pois seu sentido deriva das formações discursivas nas quais seus interlocutores se inserem¹. Logo, para o historiador que lida com fontes escritas, dialogar com os estudos linguísticos facilita no método de leitura e interpretação desses textos.

Em se tratando de textos narrativos, por exemplo, semiótica auxilia com as ferramentas necessárias para a investigação das linguagens –sem que sejam necessariamente verbais ou escritas–, haja vista que investigam os signos linguísticos e em como estes elencam um *conceito* a uma *imagem acústica*². Ou seja, cada palavra, seja na sua forma escrita ou apenas fonada, vem acompanhada de significado(s) específico(s).

Dentro desta perspectiva, toda palavra é dotada de sentido, o qual está vinculado ao contexto no qual está inserida e de seus interlocutores, sendo, portanto, um mesmo signo linguístico dotado de sentidos diversos, dependendo do contexto, do sujeito e do grupo social a que pertence é comunicada.

Se a comunicação já se apresenta como um processo complexo, que envolve variáveis diversas, numa mesma língua, como funcionaria traduzir para outro idioma sentimentos, expressões, aspectos da vida cotidiana? De que forma poderíamos mais acuradamente transpor neste movimento socieda-

¹Eni P. ORLANDI, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, Campinas, Pontes, 2007, p. 43.

²Ferdinand SAUSSURE, *Curso de Linguística Geral*, São Paulo, Cultrix, 1975, p. 80.

des já extintas, mas que deixaram legados a nós escritos produzidos por eles mesmos sobre seu próprio tempo?

Todo processo de tradução implica abordar o *Outro*. Entretanto, a abordagem que se inicia aparentemente como movimento passivo, baseada apenas numa mera leitura, logo se transforma em algo mais complexo. O Um, aquele que lê, “já transforma o Outro radicalmente ao aplicar a ele seus parâmetros na tentativa de entendê-lo”³.

Nesse andamento dialógico das relações entre o Um e o Outro, a tradução, portanto, nunca é uma tarefa simples, fácil e totalmente objetiva. São necessárias algumas ferramentas para sua leitura e compreensão, que vão além do mero conhecimento gramatical e sintático do idioma original no qual se lê. É necessário também conhecer as particularidades daquela sociedade, do seu tempo, das suas práticas culturais, pois, mesmo a familiaridade com um dialeto, na prática, a tradução remete a uma tentativa de aproximação e, como o próprio termo já sugere, atingir o conceito original, na sua forma pura e genuína, torna-se praticamente impossível. Se essa premissa é válida para línguas estrangeiras modernas, como seria com idiomas já há muito extintos? Como seria a tentativa de reproduzir discursos os quais seus interlocutores já não poderiam auxiliar no entendimento de termos e expressões, mesmo que, para eles, cotidianas?

Essas são perguntas às quais aqueles que lidam com sociedades fora de seu tempo devem constantemente fazer. À vista disso, o propósito deste artigo é o de atentar coma as traduções de vocábulos que remetam a uma relação de identidades devem vir acompanhadas de uma análise histórica.

A Inglaterra anglo-saxônica e as incursões escandinavas

Instalados na ilha desde o século V, os povos de origem germânica, sobretudo anglos, saxões, frísios e jutos, organizaram-se também enquanto reinos –muitas vezes rivalizando seu poder e autoridade sobre determinada região– e liderados por um chefe guerreiro. No século XII, o clérigo inglês Henrique de Huntingdon (c. 1088-c.1157), autor da obra *Historia Anglorum* (1129), caracterizou-os como sete reinos⁴: Ânglia Oriental, Essex, Kent, Mer-

³ Ana Isabel BORGES e Marildo José NERCOLINI, “A (im) possibilidade da tradução cultural”, *Proceedings 2 Congresso brasileiro de hispanistas*, São Paulo, Associação Brasileira de Hispanistas, 2002. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=MSC000000012002000300006&lng=en&nrm=abn [Consultado 09/10/2019].

⁴ Embora bastante utilizado por historiadores a partir do século XVI, os pesquisadores anglo-saxônistas abandonaram o uso do conceito como um modelo explicativo a estrutura política da ilha a partir de finais da década de '60, pois o mesmo evoca uma ideia errônea sobre o período, deixando de lado a complexidade por detrás do processo de formação dos reinos anglo-saxônicos, bem como da organização interna da Inglaterra.

cia, Northumbria, Sussex e Wessex⁵. Embora utilizemos constantemente a referência a reinos anglo-saxônicos, é importante ressaltar que a relação de um grupo com a área na qual exerce seu domínio não implica que todas as populações assentadas ali também pertençam àquele povo. Dessa forma, o reino de Wessex não era composto apenas por saxões e a Ânglia Oriental não era habitada apenas por anglos, por exemplo. A utilização desta terminologia implica que estes eram os grupos que dominavam aquela região e que estabeleciam seu controle sobre aquelas áreas.

O que entendemos hoje como Inglaterra anglo-saxônica não se manteve isolada na ilha e as conexões com o continente viriam logo em seguida ao estabelecimento dessas novas monarquias. O rei Æthelberth (m. 616), de Kent, casou-se com Bertha, da realeza franca e cristã, ainda em finais do século VI. O casamento de princesas cristãs com reis ainda não adeptos da nova religião era uma forma destes terem sua autoridade reconhecida por outros reinos europeus, bem como pela Igreja⁶. Eabald (m. 640), filho de Æthelbert, também se casou como uma princesa franca⁷. Outro ilustre exemplo do intercâmbio com o continente está na figura de Alcuíno de York (735-804), importante figura na corte carolíngia e considerado um dos fundadores da escola palatina.

Dos reinos estabelecidos entre os séculos VI-IX, Wessex seja talvez o mais famoso e o mais abordado por uma série de fatores: por ser o mais proeminente no momento das incursões escandinavas, pelo fato de figuras como Alfred (871-899) terem sido constantemente veiculadas como “o Grande”, por boa parte da documentação que sobreviveu até hoje ter sido produzida na corte de Wessex, nos séculos IX-X.

Com relação à presença escandinava na ilha, a mesma data de finais do século VIII e início do século IX, sob a forma de incipientes ataques esporádicos. Os motivos que levaram esses povos a migrarem para fora da Escandinávia estavam vinculados a fatores diversos, dentre os quais podemos destacar: as frequentes disputas entre lideranças locais – e a dificuldade de se estabelecerem enquanto monarcas– e a atração pela expansão comercial na Europa do norte a partir do século VIII, tanto para participação nas trocas mercantis quanto pela possibilidade de realização de saques⁸.

⁵ HENRY of HUNTINGDON, *Historia Anglorum: the history of the English people*, Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 17: “Now when the Saxons subjected the land to themselves, they established seven kings, and imposed names of their own choice on the kingdoms. The first kingdom was called Kent. The second Sussex in which Chinchester is situated. The third Wessex, of which capital as Wilton [...]. The fourth kingdom was Essex [...]. The fifth was East Anglia, in which are the counties called Norfolk and Suffolk. The sixth was Mercia, in which Lincoln, Leicester and some others. The seventh was Northumbria, in which is York”.

⁶ Peter BROWN, *Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Lisboa, Presença, 1999, p. 215.

⁷ Barbara YORKE, *Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England*, Taylor & Francis e-Library, 2003, p. 18.

⁸ Para maiores referências, consultar Stefan BRINK e Neil PRICE, *The Viking World*, Londres e Nova York, Routledge, 2008; Peter SAWYER (ed.), *The Oxford Illustrated History of*

Tais razias não buscavam aquisição de terras ou a fixação nos territórios invadidos, mas principalmente riqueza na forma de bens móveis. Como normalmente causavam medo à população local, muitas das vezes tais espólios eram alcançados via negociações de paz, pois era preferível pagar para que os invasores fossem embora ao invés de combatê-los.

A Inglaterra não foi a única região da Europa ocidental a receber ataques vikings. Além das ilhas Feroe, das ilhas Escocesas e da ilha de Man, os escandinavos também se estabeleceram na Irlanda, fundando cidades como Dublin, Cork e Limerick e a partir destas organizaram as bases de seus próximos ataques à Inglaterra e ao continente. Cidades dos atuais Países Baixos e França como Quentovic, Rouen e Nantes também foram alvo de incursões entre os anos de 841-844 e a cidade de Paris foi atacada no ano de 911⁹. Foi com a ocupação de Rouen e da região baixa do Sena, que o rei dos francos entregou essa área a uma liderança escandinava de nome Rollo (*Hrolf*, em nórdico antigo), evento que levou à fundação do futuro ducado da Normandia¹⁰.

Uma das explicações para o movimento migratório dos vikings foi a expansão comercial no norte das Europa, iniciada a partir de finais do século VII. A conexão da Inglaterra com o continente a partir de trocas comerciais despertou a atenção dos povos escandinavos, que vislumbraram a possibilidade de lucrar, participando diretamente na condição de comerciantes ou indiretamente na forma de ataques. Em 862, quando o rei Carlos da França ocidental começou sistematicamente a investir nas defesas do seu reino, os vikings direcionaram sua atenção na ocupação da Inglaterra¹¹.

the Vikings, Oxford, Oxford University Press, 2011 e David WILSON, *The Vikings and their Origins: Scandinavia in the First Millennium*, Londres, Thames and Hudson, 1970.

⁹ David WILSON, *The Vikings and their Origins: Scandinavia in the First Millennium*, Londres, Thames and Hudson, 1970, p. 75-76.

¹⁰ François NEVEUX, *A brief history of the Normans: the conquests that changed the face of Europe*, Londres, Robinson, 2008, p. 69.

¹¹ Peter SAWYER, "The Age of the Vikings and Before", en ID. (ed.), *The Oxford Illustrated History of the Vikings*, Oxford, Oxford University Press, 2011, pp. 1-18.

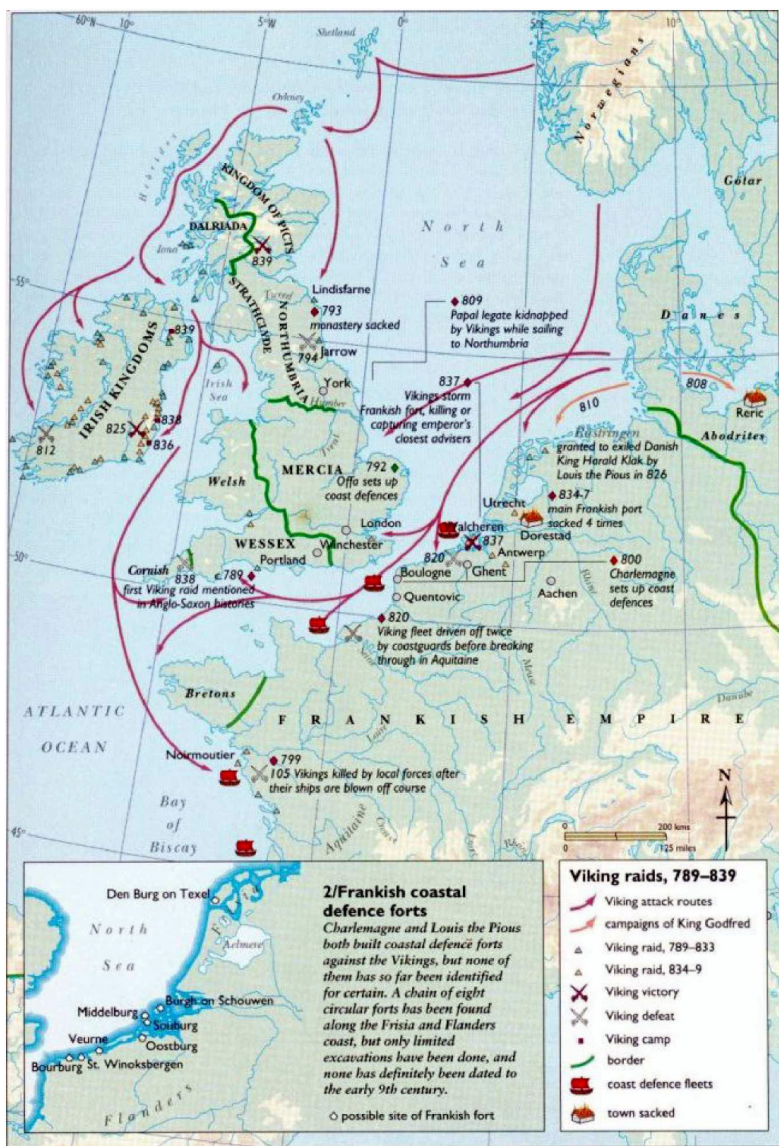


IMAGEM 1. Incursões escandinavas no Reino Franco e na Inglaterra anglo-saxônica

Na luta contra os escandinavos, o reino de Wessex desempenhou um papel como protagonista. A partir de 865, começamos a observar referências

na *Crônica Anglo-Saxônica* à permanência dos exércitos em determinadas regiões, na organização de *winterstetl* (acampamentos de inverno), os quais normalmente duravam a estação ou por cerca de um ano. Foi nesse período certamente que uma maior quantidade de escandinavos se direcionou para a região. Os ataques são múltiplos e em locais diversos, envolvendo líderes, tais como Ivar, possivelmente associado ao rei dos vikings na Irlanda, Guthrum, Halfdan, dentre outros. Concomitantemente aos ataques lançados contra os escandinavos, Alfred (871-899) direcionou suas forças e estratégias na construção dos *burhs* (espécies de núcleos urbanos com papel de fortificações militares), peças fundamentais para conter o avanço dos invasores.

O investimento em fortificações foi uma política mantida nos anos subsequentes. Os interesses por detrás de seu estabelecimento extrapolavam os propósitos militares e garantiam também influência econômica e comercial para grandes senhores da região, pois, tão logo a ameaça de ataque cessava, os *burhs* desempenhavam funções como centros de trocas comerciais e de assentamentos¹². Taticamente, também poderiam dar apoio aos exércitos, tornando viável uma ofensiva sem fragilizar sua posição, caso um novo ataque fosse necessário¹³.

Somado ao investimento em fortificações, Alfred também investiu numa corte diversificada em *expertise*. Do círculo que a compunha, faziam parte francos, frísios, escandinavos, galeses, irlandeses e bretões. O próprio Asser (m. 908/9), seu biógrafo e autor da *Vita Ælfredi regis Angul-Saxonum* (893), era uma amostra dessa política alfrediana. Já escandinavos e frísios eram particularmente conhecidos por suas habilidades enquanto construtores de navios¹⁴.

A dinastia de Wessex e a construção da Inglaterra

A construção da Inglaterra enquanto um projeto político se iniciou durante o reinado de Alfred, assentada sobre três pilares fundamentais: a) a retomada dos territórios ocupados pelos invasores escandinavos e a consolidação do poder de Wessex sobre toda a Inglaterra, b) a reorganização social

¹² Ann WILLIAMS, *Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)*, Londres, Macmillan, 1999, p. 67.

¹³ Richard ABELS, “English Logistics and military administration, 871-1066: The Impact of the Viking Wars”, em Anne Jorgensen NØRGÅRD e Birthe L. CLAUSEN (eds.), *Studies in archaeology & history. Military aspects of Scandinavian society in a European perspective, AD 1-1300: papers from an international research seminar at the Danish National Museum, Copenhagen, 2-4 May, 1996*, Copenhagen, National Museum, 1997, pp. 257-265. Disponível em <http://deremilitari.org/2013/07/english-logistics-and-military-administration-871-1066-the-impact-of-the-viking-wars/> [Consultado 27/10/2015].

¹⁴ Nicholas HOOPER, “Some Observations on the Navy”, em Matthew STRICKLAND (ed.), *Anglo-Norman Warfare*, Woodbridge, The Boydell Press, 1992, pp. 17-26 (p. 22).

anglo-saxônica, especificamente da aristocracia que foi fragmentada durante os anos de ataques vikings e c) uma reforma espiritual do mundo eclesiástico e laico¹⁵.

Alfred e seus descendentes deram enfoque não apenas à guerra, mas também a aspectos relacionados à educação e à cultura, o período alfrediano esteve marcado pelo florescimento cultural. No campo da escrita, além da produção em língua latina, houve a valorização do inglês antigo. Como exemplo, temos alguns textos como *Consolatio Philosophiae*, de Boethius (480-524/25), salmos e *Liber Regulae Pastoralis*, de Gregório I (540-604), cujas traduções do latim para o inglês antigo são atribuídas ao próprio Alfred, acompanhadas também de adaptações e comentários do rei. Outro destaque ainda são os diversos textos marcados por forte caráter de oralidade que reforçavam a tradição guerreira de uma aristocracia germânica pré-cristã, como o poema épico *Beowulf*, compilado em finais do século X¹⁶.

As gerações seguintes, com seu filho Edward (899-924) e seu neto Æthelstan (924-939) deram continuidade ao seu trabalho e conseguiram, com certo sucesso, manter os escandinavos sob controle, como a vitória sob liderança anglo-saxã na batalha de Brunanburh, travada contra os escandinavos em 937¹⁷. Os anos posteriores à morte de Alfred representaram os esforços de seus descendentes em manter boa parte da estrutura de política iniciada em seu reinado.

Utilizando como base as fortificações construídas pelo seu pai, Edward direcionou sua ofensiva à Ânglia Oriental e às terras a sudeste das *midlands*, enquanto sua irmã Æthenflæd –que governava sozinha a Mercia desde a morte do seu marido em 911– concentrava seus ataques pelo norte e nordeste. Após a morte de Æthenflæd, em 918, Edward assegurava sua posição na Mercia¹⁸. Dessas ofensivas combinadas, os descendentes de Alfred garantiram novas porções territoriais e centros econômicos importantes, como a própria Londres.

Os ataques militares a partir de Edward eram muitas vezes caracterizadas como “reconquistas” de Wessex. Entretanto, essa afirmativa deve ser considerada com muita cautela. As áreas para as quais Edward e seus descendentes se direcionavam não correspondiam a territórios em que Alfred

¹⁵ Elton O. S. MEDEIROS, *Dominus exercituum: política, poesia heroica e narrativa bíblica durante o período alfrediano*, Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, 2011, p. 211.

¹⁶ Catherine CUBITT, “Folklore and historiography: oral stories and the writing of Anglo-Saxon history”, en Elizabeth TYLER y Ross BALZARETTI (eds.), *Narrative and History in the Early Medieval West*, Turnhout, Brepols, 2006, p. 189-223 (p. 205).

¹⁷ M. J. SWANTON, *An Anglo-Saxon Chronicle*, Exeter, Exeter University Press, 2006, p. 106.

¹⁸ Ann WILLIAMS, *Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)*, Londres, Macmillan, 1999, p. 82.

e seus antepassados um dia governaram¹⁹. O verbo utilizado com o prefixo representa a tentativa de Wessex em legitimar as áreas conquistadas como territórios que já lhe pertenciam, conferindo o aumento do seu poderio e autoridade.

Além das campanhas militares contra os escandinavos, um dos efeitos mais sensíveis naquele momento foi a crescente centralização do poder régio, a partir da redução do número de *ealdormen*²⁰, modelo que continua sendo seguido depois por Æthelstan. Entre os anos de 924-1016, apenas dois *ealdormen* foram mantidos, um para auxiliar na parte oriental de Wessex (Dorset, Somerset e Devon) e outro para a porção ocidental (Hampshire, Berkshire e Wiltshire)²¹.

Podemos identificar desde Alfred, passando pelo reinado de Edward, uma crescente do poder régio e da influência de Wessex sobre outras regiões ao sul do Humber. No entanto, nenhum deles adquirira ainda o status de rei da Inglaterra de fato. Foi apenas durante o reinado de Æthelstan que as terras ao sul do Humber estiveram sob a influência de Wessex, centralizando a administração de tal maneira que nem seu pai, nem seu avô haviam feito²².

A fim de manter o controle das fronteiras ao norte da Mercia e os escandinavos distantes de possibilidades de ataque, Æthelstan casou sua irmã com o Sihtric, rei de York, no ano de 926. Com a morte de Sihtric no ano seguinte e sua viúva irmã como rainha de York, Æthelstan iniciou sua campanha ao norte, a qual, mesmo com resistência de outras lideranças escandinavas, ao final é vitoriosa e consegue submeter a Northumbria ao domínio de Wessex²³. A extensão do poder político, de fato, de Wessex para o norte garantia uma nova porção territorial da ilha, que nem mesmo antes seu vizinho e rival Mercia havia conseguido administrar diretamente. Æthelstan estendia assim sua autoridade por praticamente o traçado inicial dos primeiros reinos de origem anglo-saxônica. Após a morte de Æthelstan as terras ao sul do Humber conhecidas como os cinco *buhrs* caíram uma vez mais nas mãos dos escandinavos.

¹⁹ Patrick WORMALD, “Engla Lond: the Making of an Allegiance”, *Journal of Historical Sociology*, vol. 7, no. 1 (1994), 1-24 (p. 6).

²⁰ Nobre de alta estirpe, incluindo aqueles que vinham de linhagem régia ou de status semelhante. O termo vem associado ao exercício do poder político, sobretudo próximo aos atributos régios.

²¹ Barbara YORKE, *Wessex in the Early Middle Ages*, Londres, Leicester University Press, 1995, p. 100.

²² Sarah FOOT, *Æthelstan: The First King of England*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2011, p. 10.

²³ *Ibid.*, p.18-19.

A temática da identidade e o trato com as fontes documentais escritas

A principal fonte documental escrita que descreve os acontecimentos de Wessex é a chamada *Crônica Anglo-Saxônica*. Diferentemente do caso de outros reinos anglo-saxões, a produção escrita vinculada a Wessex, sobretudo a partir do século IX, é extensa e expressiva. Todavia, por se tratar de uma documentação definitivamente pró-Wessex devemos tomar certo cuidado ao confrontá-la.

O termo *Crônica Anglo-Saxônica* foi convencionalmente aplicado por pesquisadores modernos a uma série de anais e crônicas produzidos, compilados e organizados a partir do final do século IX, por volta do ano 890. Corresponde ao todo por oito manuscritos escritos em inglês antigo e apenas com tradução latina²⁴. Foi provavelmente compilada a partir de anais de Kent, Sussex, Mercia e, principalmente, Wessex. Além dessa tradição diversa da ilha, a *Crônica* foi supostamente escrita por vários compiladores, numa espécie de processo colaborativo, de forma que não é possível identificarmos traços individuais no texto a quem possamos atribuir autoria²⁵.

O prefácio topográfico da ilha versa sobre as características da mesma, sua extensão territorial, quem foram seus primeiros habitantes e quais os povos que a ocupavam no momento em que possivelmente a obra começou a ser escrita, no final do século IX. A sua estrutura é semelhante à da *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (731), atribuída ao monge de origem saxônica Beda (672-735) que por sua vez é intertextualmente similar ao texto de Gildas (c. 500-570) *De excidio et conquestu britanniae* (*Da destruição de conquista da Britannia*), o que nos leva a crer que os copistas que produziam o excerto da *Crônica* certamente tiveram acesso ou conheciam essas obras.

Na documentação escrita produzida entre os séculos IX-XI, tanto na ilha quanto no continente, os grupos de origem escandinava eram, por vezes, identificados como *Normann*, cuja tradução seria “homem do norte” ou *Deniscan*, “daneses”, e em outras inclusive os escandinavos são identificados genericamente como *pagani* (pagãos). Pode-se dizer, portanto, que não há uma padronização quanto à sua designação. O vocábulo viking não figura

²⁴ Os manuscritos são: MS A –*The Parker Chronicle* ou *The Winchester Chronicle* (c. 891-1093)–, MS B –*The Abingdon Chronicle I*, compilado a partir do ano 1000–, MS C –*The Abingdon Chronicle II*, compilado na 2ª metade do século XI-1066–, MS D –*The Worcester Chronicle*, compilado a partir do século XI e que inclui algum material de Beda–, MS E –*The Peterborough Chronicle*–, MS F –*The Cantebury Bilingual*, duas compilações: em latim e inglês antigo–, MS G, que é uma cópia do MS A e o MS H –*Cottonian Fragment*– que contém apenas um fragmento com os anos de 1113-1114.

²⁵ Sarah FOOT, “Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles”, em Nancy PARTNER (ed.), *Writing Medieval History*, Oxford, Oxford University Press, 2005, pp. 88-105 (p. 99).

como o mais usual nessa documentação, apesar do seu uso corriqueiro nos dias de hoje, tanto na academia quanto na cultura de massa.

De acordo com Judith Jesch, o termo *viking* pode ser entendido e interpretado a partir de três referenciais específicos: etimologia, uso histórico e uso corriqueiro²⁶. A palavra deriva dos vocábulos do idioma nórdico antigo *vikingr* e *viking* e remete à atividade econômica relacionada ao mar. Na academia, o termo refere-se a povos escandinavos que estabeleceram contato com outras regiões, a partir da expansão, mas sem perder a referência do seu local de origem e de suas tradições culturais. Todavia, mesmo constantemente sendo remetidos às suas origens regionais e culturais, os vikings também estavam expostos, nos novos territórios em que viriam a se fixar, aos seus novos vizinhos e a novos modos de vida²⁷.

Enquanto *viking* alude a práticas culturais relacionadas à saída para o mar, remetendo a uma atividade –a navegação, a pirataria–, ao mesmo tempo está ligado também à difusão de uma cultura de origem escandinava por outras regiões da Europa, num período específico que varia entre os séculos IX-XI, o termo escandinavo remete à região de origem dessas populações, uma região marcada por relações sociais e culturais específicas. Por último, os termos como *daneses* ou *nórdicos*, por exemplo, são formas de distinção dos escandinavos enquanto grupos étnicos específicos.

Na *Crônica Anglo-Saxônica*, a partir da segunda metade do século IX, após o início da ocupação escandinava na ilha, começam a aparecer as primeiras referências à identidade escandinava, designada na documentação majoritariamente a partir do termo *Dane/Dene*.

A primeira passagem da *Crônica* destacada com referências à identidade inglesa e danesa pertence ao MS A e narra a morte de Alfred, em 899:

*Neste ano morreu Alfred, filho de Æthelwulf, seis noites antes do dia de Todos os Santos; ele foi rei de todos os ingleses, menos daqueles que estavam sob a autoridade dos daneses...*²⁸.

O vocábulo *Ongelcyn*, apesar da grafia distinta do termo mais usual *Angelcynn*, seria outra versão para ingleses, em inglês antigo. Essa é a única passagem do MS A em que a palavra é grafada com a letra “o” ao invés de “a”, o que sugere a filiação do copista à grafia da Mercia²⁹.

²⁶ Judith JESCH, *Viking Diaspora*, Londres e Nova York, Routledge, 2015, p. 4.

²⁷ *Ibid.*, p. 7.

²⁸ “*Her gefor Ælfred Aþulfing, syx nihtum ær ealra haligra mæssan; Se wæs cyning ofer eall Ongelcyn butan ðæm dæle þe under Dena onwalde wæs...*”.

²⁹ Sarah FOOT, “The Making of Algelcynn: English Identity Before the Norman Conquest”, *Transactions of the Royal Historical Society*, 6 (1996), 25-49 (p. 35).

Quanto ao vocábulo *Dena*, a maior parte das passagens da *Crônica* – e isso inclui praticamente todos os manuscritos – utiliza o termo danes para se referir aos vikings que atacaram a ilha. Todavia, carece de informações suficientes para afirmarmos que todos os povos envolvidos na invasão e na ocupação da Inglaterra eram provenientes da Dinamarca, o que certamente não era verdade. É muito mais provável que a denominação das fontes esteja ligada a uma tradição que as mesmas seguem na maneira de denominar os povos invasores do que propriamente os exércitos em questão dispusessem de pessoas de um mesmo grupo de origem em sua composição³⁰.

Presente no MS D, referente ao ano de 910, mais uma referência identitária aparece no texto: “neste ano, ingleses e daneses lutaram em Tattenhall e Æthelred, *ealdorman* dos mercios faleceu, e o rei Edward ascendeu em Londres e em Oxford...”³¹. A identidade inglesa continua sendo uma referência utilizada após o período de Alfred pelos seus sucessores, Edward e Æthelstan, sobretudo com relação à extensão da autoridade régia. O termo *ængle* é utilizado no lugar de *Angelcynn*, para aludir aos ingleses. O MS D, conhecido também como *Worcester Manuscript* foi compilado nas *Midlands* ocidentais, anteriormente território dos *hwicce* e mais distante, portanto, do centro de poder do reino de Wessex.

O último trecho a ser analisado da *Crônica*, presente no MS A como 920, mas relativo ao ano de 924, talvez seja um dos mais problemáticos com relação à sua terminologia.

*E depois o rei dos escotos e todo o seu povo escolheram a ele [Edward] como pai deles; e também Rægnald e os filhos de Eadwulf, e todos os que vivem na Northumbria, todos os ingleses e os daneses e os nórdicos e os outros; e também o rei dos bretões de Strathclyde e todos os bretões de Strathclyde*³².

Elucidamos anteriormente em nosso texto que o vocábulo *Dane* estava vinculada à tradição na ilha na denominação desses povos, enquanto que *Nordmanni* representava mais a tradição das crônicas francesas. Entretanto, no trecho referente ao ano de 920, o cronista enumera quem eram os povos que estavam sob o domínio de Edward e inclui dentre eles *Englisce*, *Denisce* e *Norþmen*. Se a denominação estava vinculada à produção local, seria o trecho um indicativo da identificação de grupos étnicos? Como podemos interpretar

³⁰ Clare DOWHAM, “‘Hiberno-Norwegians’ and ‘Anglo-Danes’: anachronistic ethnicities and Viking-Age England”, *Mediaeval Scandinavia*, 19 (2009), 139–69 (p. 152).

³¹ “*Her ængle 7 Dene gefuhton æt Totanheale. 7 Æþelred Myrcna ealdor forðferde, 7 Eadward cyning feng to Lundenbyrig, 7 to Oxnaforda...*”.

³² “*7 hine geces þa to fæder 7 to hlaforde Scotta cyning 7 eall Scotta þeod; 7 Rægnald, 7 Eadulfes suna, 7 ealle þa þe on Norþhymbrum bugeaþ, ægþer ge Englisce, ge Denisce, ge Norþmen, ge oþre; 7 eac Stræcledweala cyning, 7 ealle Stræcledwealas*”.

essa suposta diferenciação entre daneses e nórdicos? Como traduzir tais diferentes expressões?

Não se pode afirmar apenas pela *Crônica* que havia rivalidades entre os grupos escandinavos estabelecidos nas Ilhas Britânicas, hiberno-nórdicos, na Irlanda e anglo-daneses, na Inglaterra. Uma hipótese plausível seria de que, no século X, a presença e a inserção de grupos escandinavos –chamados genericamente de daneses– na sociedade e nas esferas de poder anglo-saxônica já era uma realidade e que o termo nórdico passou a designar os grupos escandinavos recém-chegados, ainda fora da lógica de poder anglo-saxônica. No entanto, ambos os trechos ainda levantam muitas dúvidas a respeito do uso desses termos pelos atores sociais da época.

É importante na nossa análise também a referência a ingleses (*Angelcynne*). Dessa forma, reforçando nossa afirmação anterior, os ingleses como grupo étnico eram definidos e delimitados enquanto em contraponto com os grupos escandinavos, traduzidos na narrativa como daneses.

O projeto político de Wessex, costurado a partir do gentílico *gens anglorum* e da vertente *Angelcynn* em inglês antigo é um exemplo recorrente em todos os trechos dos manuscritos da *Crônica* analisados por nós. A constituição do grupo étnico aliada ao contexto de conflito forja a identidade a partir da oposição *Angelcynne* versus *Danes*. Isso posto, a proposta encabeçada por Alfred e sua corte em finais do século IX foi perpetuada pelos seus descendentes, até o início do século XI às vésperas da conquista escandinava da ilha.

De natureza um pouco distinta da *Crônica*, pelo fato de não se tratar de uma narrativa, os chamados *charters* constituem parte importante da documentação chancelada pelos reis anglo-saxões. Em linhas gerais, correspondem a textos legais curtos e normalmente em língua latina com registros de ganhos de terra ou de privilégios concedidos normalmente por um rei a uma pessoa específica ou a uma casa religiosa. Essa documentação é abundante e estima-se que um *corpus* de mil textos, datados do final do século VII até quase a conquista normanda, façam parte dessa coleção.

Em linhas gerais, os *charters* correspondem “a quem deu o que a quem e quem estava presente”. A maior parte desses bens consiste em terras, embora existam registros também de doações em forma de dinheiro e de privilégios e costumam ser divididos em três categorias principais: *diplomas* –os mais abundantes–, *writs* (notificações) –escritos normalmente em língua vernacular– e testamentos.

É bastante comum nessa documentação também a “voz” do rei aparecer, como se este estivesse falando em primeira pessoa, apesar de ele não ter escrito, mas sim os clérigos que compunham sua corte, muito embora alguns autores discordem quanto a essa prática³³.

³³ Ben SNOOK, *The Anglo-Saxon Chancery: The History, Language and Production of Anglo-Saxon Charters from Alfred to Edgar*, Woodbridge, The Boydell Press, 2015, p. 46.

De acordo com Snook, “Alfred tornou o passado anglo-saxão atraente; Edward utilizou o potencial dos seus grandes latinistas nestes *charters* para demonstrar as conquistas de sua corte e impressionar os seus súditos”³⁴. É neste momento que os *charters* deixaram de ser apenas documentos legais e passam a ser objetos da extensão do poder régio. A influência de uma escrita rebuscada, a partir da Mercia, apresenta-nos um rei anglo-saxão, cuja corte multicultural abriga diferentes tradições da ilha.

A partir do século IX, podemos encontrar em alguns *charters*, também, traços do inglês antigo junto à língua latina. Em nosso artigo analisaremos alguns deles produzidos a partir do reinado de Alfred (871-899) até o de Æthelstan (924-939).

Cerca de 15 *charters* foram cancelados por Alfred, 29 por Edward e 74 por Æthelstan. Não selecionamos todos eles, porque em alguns *charters* os reis não estão identificados enquanto governantes de povos específicos, mas apenas a partir da sua condição de *rex*. Como nossa proposta é o estudo das identidades, na ausência de referência a elas, não incluímos na análise –e nem na contagem destes– os *charters* nos quais estas não foram mencionadas.

<i>Charter</i> (Ano) - total	Identificação
343 ^a (872), 353 (S/D) - 2	<i>Rex Anglorum</i>
356 (S/D), 354 (S/D), 355 (892-899), 356 (S/D) - 4	<i>Rex Angulsaxonum/ Anglo Saxonum</i>
342 ^a (S/D) -1	<i>Rex et primicherius totius Albionis</i>
344 (873) -1	<i>Rex occidentalium Saxonum</i>
345 (882), 348(892), 349 (895), 350 (898) - 4	<i>Rex Saxonum</i>
346 (889) - 1	<i>Rex Anglorum et Saxonum</i>
347 (891) -1	<i>Rex Anglorum Saxonum</i>

IMAGEM 2. *Charters produzidos no período de Alfred (871-899)*

³⁴ *Ibid.*, p. 40.

Como podemos observar pela tabela, os termos que se referem a Alfred como rei *Rex Angulsaxonum/Anglo Saxonum*, *Rex Anglorum Saxonum* e *Rex Anglorum et Saxonum* aparecem seis vezes. A forma como a documentação se refere a Alfred nos fornece alguns indícios da marcação das identidades na ilha no período de seu reinado. Primeiramente, podemos atestar a falta de um padrão com relação aos povos que estão sob seu poder e sua autoridade. A presença de identidades diversas nos mostra que embora exista um projeto educacional, político e religioso na sua corte, ele ainda é um projeto. As identidades locais como presentes em *Saxonum* (dos saxões) é um exemplo disso. A proposta de Alfred de unidade dos povos ao sul do Humber existe, mas sua implementação é paulatina, ao englobar Wessex (saxão) e a Mercia (angla). A referência a anglo-saxônico representaria, portanto, uma relação dual, não necessariamente equilibrada entre os dois reinos.

<i>Charter</i> (Ano) - total	Identificação
358 (900), 359 (900), 362 (901), 363 (901), 364 (901), 368 (903), 369 (903), 373 (904), 375 (909), 376 (909), 377 (909), 378 (909), 380 (899-909), 381 (S/D), 382 (S/D), 383 (S/D) - 16	<i>Rex Angul Saxonum/Angulsaxonum/Angolsaxonum</i>
360 (900), 374 (904), 379 (921) - 3	<i>Rex Anglorum</i>
365 (901), 372 (904) - 2	<i>Rex Saxonum</i>
366 (901), 384 (S/D) - 2	<i>Rex Anglorum Saxonum</i>
370 (903) - 1	<i>Rex Anglie</i>

IMAGEM 3. *Charters produzidos no período de Edward (899-924)*

De acordo com a tabela acima, 24 *charters* referem-se a Edward como rei de povos determinados. Dentre estes, 16 apontam-no como *Rex Angul Saxonum/Angulsaxonum/Angolsaxonum* e, em segundo lugar, 3 como *Rex Anglorum*. Em apenas dois deles Edward é identificado como *Rex Saxonum* e em um como *Rex Anglie*.

Algumas diferenças básicas entre Alfred e Edward existem com relação à utilização do título. Primeiro, o número de *charters* é superior aos do seu pai. Em segundo lugar, a maior incidência de referências em determiná-lo como rei dos anglo-saxões. De 24 *charters*, em apenas dois Edward aparece como rei dos saxões. Comparado com o reinado anterior, o avanço político de Wessex permaneceu, com Edward estendendo seus domínios sob as *Midlans*, conquistando áreas da antiga Mercia sob domínio dos daneses e realizações conjuntas com sua irmã, Æthelflæd, governante da Mercia.

<i>Charter</i> (Ano) - total	Identificação
386 (S/D), 387 (S/D), 388 (S/D), 389 (S/D), 390 (S/D), 392 (S/D), 393 (S/D), 395 (925), 400 (928), 402 (929), 403 (930), 411 (937), 412 (931), 413 (931), 416 (931), 418 (932), 418a (932), 419 (932), 422 (933), 423 (933), 424 (933), 425 (934), 437 (937), 440 (938), 443 (938), 447 (939), 449 (939), 450 (S/D), 453 (S/D), 454 (S/D), 455 (S/D), 458 (S/D) - 32	<i>Rex Anglorum</i>
388 (S/D), 398 (927) - 2	<i>Rex/ Monarchus totius Bryttanniæ insulæ</i>
391 (S/D) -1	<i>Rex Brittonum</i>
394 (925) -1	<i>Rex Saxonum et Anglorum</i>
396 (926), 397 (926) - 2	<i>Rex Angulsaxonum</i>
406 (930), 414 (931), 415 (931), 429 (935), 430 (935), 431 (936), 438 (937), 441 (938), 442 (938), 446 (939), 448 (939) - 11	<i>Basileus Anglorum</i>
427 (934) - 1	<i>Ongolsaxna cyning</i>
452 (S/D) - 1	<i>Cyning ofer Ængla þeode</i>
456 (S/D) -1	<i>Rex Angliæ</i>

IMAGEM 4. *Charters produzidos no período de Æthelstan (924-940)*

Merece nossa atenção a referência atribuída a Æthelstan *basyleos Anglorum* (rei dos ingleses), título que corresponde ao governante do Império do Oriente, equiparando-o ao monarca inglês. A sua utilização em boa parte dos *charters* que referem-se a Æthelstan não é tanto em função do seu significado literal, mas pelo peso simbólico que o vocábulo carrega consigo³⁵. O título de *rex* já havia contemplado outros governantes na Inglaterra, mas o título de *basyleos* não. A referência simbólica que coloca o monarca no mesmo patamar que os imperadores do mundo grego diferenciam-o dos demais reis da ilha, consolidando seu processo de conquista ao sul do Humber e ao norte, na Northumbria, afirmando-se assim como rei dos ingleses.

Dos 74 *charters* atribuídos a Æthelstan, 43 referem-se a ele como *rex/basileus Anglorum* (rei dos ingleses) e em dois deles, escritos em inglês antigo, *cyning ofer Ængla þeode* (rei do povo inglês), *rex Angliæ* (rei dos ingleses), como variação latino-inglesa de *rex Anglorum*. Os *charters* que se referem a ele como *rex Angulsaxonum* (rei dos anglo-saxões) e *rex Saxonum et Anglorum* (rei dos saxões e dos anglos) foram produzidos em 925-926, anos iniciais do seu reinado. Posteriormente, a larga utilização do título de *rex Anglorum* sugere-nos o reconhecimento dos povos germânicos da ilha sob sua autoridade como ingleses.

Comparado aos reinados de seu avô e de seu pai, o abandono gradual do vocábulo *Angulsaxonum* e suas variações e sua substituição por *Anglorum* nos dão indícios de que com Æthelstan a constituição da identidade inglesa ganhou fôlego. O objetivo de que sua autoridade se estende por todo reino criando a imagem de uma corte e de um rei poderoso.

Considerações finais

Por que a escolha dos monarcas de Wessex (Alfred, Edward e Aethelstan) partiu da adoção e o fortalecimento do termo *Anglorum/Angelcynn*? A referência identitária utilizada por Wessex no século IX será, portanto, uma (re) leitura daquela utilizada pelo monge northumbiano Beda um século antes. O termo *anglo* é utilizado muito embora Wessex fosse identificado tradicionalmente como uma região de saxões. Ainda nos séculos V-VI, o termo *saxão* era utilizado por muitos autores do continente para descrever os povos da ilha. Contudo, nos séculos seguintes, *saxão* passou a estar ligado às origens continentais desses povos germânicos, retornam ao seu passado migratório e a sua fixação na ilha e o termo *Anguli/Angli* passava a defini-los³⁶.

Essa imagem gerou uma potente projeção ao longo dos anos seguintes. A supremacia angla sobre os saxões não se dava por motivos bélicos ou políticos,

³⁵ *Ibid.*, p.76.

³⁶ FOOT, *op. cit.*, p. 42.

mas pelo braço eclesiástico como centro irradiador do cristianismo na Inglaterra. Esse senso de unidade enquanto povo de Deus, envolto pela diversidade étnica de fato à qual a Inglaterra estava submetida, fazia-os lembrar de que pertenciam a um povo eclesiástico, irmãos em Cristo e guiados pela Igreja.

A Igreja, portanto, fornecia as bases, a fim de dar coerência enquanto grupo e de forma a extrapolar as fronteiras territoriais, políticas e étnicas na ilha. Pertencerem a grupos étnicos distintos pouco importa, frente à unidade enquanto povo de Deus. Sendo assim, o termo *Anglorum* foi privilegiado enquanto principal indicativo identitário para tratar dos povos anglo-saxões porque era o único que conseguia dar conta das aspirações religiosas e espirituais, para além de questões políticas, às quais mais tarde, no século IX-X também serviria enquanto uma estratégia na luta contra os escandinavos.

Não se pode considerar que a concepção moderna de Inglaterra correspondia à mesma do período alfrediana. O processo até a consolidação da mesma enquanto um reino unificado ainda seria longo, talvez, ao analisarmos pelo prisma do Estado vitoriano (nacionalista), do século XIX –se é que podemos afirmar que há de fato unidade nas formas de organização política–. No entanto, na ausência de um vocábulo que melhor se ajuste, inglês/ingleses não se apresente propriamente como errôneo. Os cuidados para não buscarmos elementos de uma identidade inglesa contemporânea em Alfred e seus descendentes devem permanecer como um exercício constante no processo de leitura e interpretação dessas fontes escritas entre os séculos IX-X.

Fecha de recepción: 27 de febrero de 2020

Fecha de aceptación: 5 de abril de 2020